

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MOVIMENTO
“OCUPA TUDO” NA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE JATAÍ/GO**

***PARTICIPACIÓN POLÍTICA Y FORMACIÓN DOCENTE: MOVIMIENTO “OCCUPA
TUDO” EN LA UNIVERSIDAD PÚBLICA DE JATAÍ/GO***

***POLITICAL PARTICIPATION AND TEACHER EDUCATION: “OCUPA TUDO”
MOVEMENT IN JATAÍ PUBLIC UNIVERSITY (GOIÁS)***

Nayenne Helsan SANTOS¹
Elizabeth Gottschalg RAIMANN²

RESUMO: O objetivo deste estudo foi investigar o processo de participação política dos licenciandos no movimento “Ocupa tudo”, em 2016, na atual Universidade Federal de Jataí/GO e a sua contribuição na formação docente e emancipação humana. Utilizou-se o grupo focal com 13 graduandos e a análise do conteúdo, pautado no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético. Dos resultados pode-se verificar que o movimento estudantil “Ocupa tudo” foi importante tanto para a formação política destes futuros docentes quanto para a formação pessoal. A universidade propiciou um espaço para discussão e participação política, uma vez que a formação política foi negada em outros espaços de socialização. Da mesma forma, a participação do movimento possibilitou a organização e a instrumentalização teórica e prática dos licenciandos contribuindo, principalmente, para a passagem do senso comum à consciência filosófica.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política. Formação de professores. Educação superior.

RESUMEN: El objetivo de este estudio fue investigar el proceso de participación política de los estudiantes de grado en el movimiento “Occupa tudo”, en 2016, en la actual Universidad Federal de Jataí/GO y su contribución a la formación docente y la emancipación humana. Se utilizó el grupo focal con 13 estudiantes de pregrado y el análisis de contenido se basó en el marco teórico-metodológico del materialismo histórico-dialéctico. De los resultados se desprende que el movimiento estudiantil “Occupa tudo” fue importante tanto para la formación política de estos futuros docentes como para la formación personal. La universidad brindó un espacio de discusión y participación política, ya que la formación política estaba negada en otros espacios de socialización. Del mismo modo, la participación del movimiento permitió la organización y la instrumentación teórica y práctica de los estudiantes de grado, contribuyendo, principalmente, al paso del sentido común a la conciencia filosófica.

PALABRAS CLAVE: Participación política. Formación de profesores. Educación universitaria.

¹ Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí – GO – Brasil. Técnica na Unidade Acadêmica Especial de Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0699-8532>. E-mail: nayennehelsan@gmail.com

² Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí – GO – Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4359-5828>. E-mail: elizabeth_raimann@ufj.edu.br

ABSTRACT: *The objective of this study was to investigate the process of political participation of undergraduates in the “Ocupa tudo” movement, in 2016, at the current Federal University of Jataí/GO and its contribution to teacher education and human emancipation. A focus group with 13 undergraduates was used and the content analysis was based on the theoretical-methodological framework of historical-dialectical materialism. From the results, it can be seen that the student movement “Ocupa tudo” was important both for the political formation of these future teachers and for personal education. The university provided a space for discussion and political participation, since political formation was denied in other spaces of socialization. In the same way, the participation of the movement made possible the organization and the theoretical and practical instrumentalization of the undergraduates, mainly contributing to the passage from common sense to philosophical awareness.*

KEYWORDS: *Political participation. Teacher Education. Higher Education.*

Introdução

Esse artigo é parte da dissertação de mestrado desenvolvida e defendida no ano de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG/REJ), atualmente, Universidade Federal de Jataí (UFJ), devido ao processo de emancipação Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018, por desmembramento da UFG.

O contexto político e histórico recente vivenciado no Brasil entre os anos de 2015 e 2016, durante o governo de Michel Temer, após a deposição do mandato presidencial de Dilma Rousseff, tendo como foco a PEC nº 55³ e a MP nº 746⁴ lançadas pelo Governo Federal, levou a uma mobilização estudantil em vários estados da União, inclusive em Goiás e na região de Jataí.

As manifestações, em 2016, em que participaram estudantes secundaristas e universitários, tinham como objetivo a defesa dos direitos constitucionais da educação, visto que a PEC nº 55 conhecida popularmente como ‘PEC da Morte’, violava cláusulas imodificáveis do § 4º do art. 60 da Constituição Federal (CF), que estabelece: “§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais” (BRASIL, 1988).

Esta mobilização nacional, por sua vez, repercutiu na cidade de Jataí/GO, fazendo com que os universitários das duas instituições federais na cidade, Universidade Federal de

³ Proposta de Emenda à Constituição, de 2016, que estabelece um teto dos gastos públicos.

⁴ Medida Provisória, de 2016, Reformulação do Ensino Médio.

Goiás/Regional Jataí e Instituto Federal de Goiás/Campus Jataí articulassem para se juntar aos clamores de outros universitários e alunos secundaristas. Nesse sentido, a Regional Jataí/UFG contou com a presença de alunos dos cursos de licenciaturas nos embates políticos.

Diante deste cenário, foi objeto de pesquisa, durante o mestrado em educação, compreender a educação e a formação de professores na construção de uma cidadania contra-hegemônica. A educação, entendida como um dos instrumentos de luta, oferece formação qualitativa aos estudantes, contribuindo para a qualidade do ensino, quando se tem professores que exercem seu ofício docente de maneira crítica e consciente da sua função social.

Nesse sentido, a pesquisa em torno da participação política como elemento intrínseco à formação de professores apresenta sua relevância, considerando que esta participação pode ser instrumentalizada, seja durante a formação teórico-prática de algumas disciplinas cursadas na graduação, seja pela própria atividade da ocupação durante as manifestações, possibilitando promover ações no âmbito da mobilização social, potencializando a possibilidade de transformação da passagem de uma consciência acrítica para a consciência filosófica e desalienada. A questão norteadora foi “de que forma se materializa a participação política dos alunos de graduação, em específico das licenciaturas, e quais são as suas percepções sobre a contribuição da participação em atividades políticas na formação de professores?” Para respondê-la objetivou-se investigar o impacto do processo de participação política dos licenciandos, partindo do movimento “Ocupa tudo” (2016), e como ele contribuiu para a formação pessoal e profissional voltada para a emancipação humana.

No intuito de alcançar o objetivo, realizou-se pesquisa de campo, sendo o grupo focal a metodologia empregada para a coleta dos dados. A pesquisa com o número do parecer 3.293.705 foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFG de Jataí.

No primeiro momento, se apresentará a metodologia utilizada, na sequência, os resultados e a discussão, e, por fim, as considerações finais desta investigação.

Metodologia

O grupo focal é uma técnica que envolve perguntas semiestruturadas, constituindo-se em uma ferramenta para mapear e compreender a visão de mundo dos participantes da pesquisa. Pautada nas contribuições de Gaskell e Bauer (2010), o pesquisador introduz esquemas interpretativos e teoricamente fundamentados para compreender as narrativas dos

alunos entrevistados. O emprego do grupo focal em um estudo de cunho científico fornece dados para elucidar a relação entre os participantes da pesquisa e a situação social.

Esta metodologia tem por característica reunir um grupo de pessoas selecionadas a partir de critérios estipulados pelo pesquisador, por um período entre 40 minutos e duas horas. O ideal é que o número de pessoas em cada reunião do grupo focal não ultrapasse o total de nove integrantes, assim, o pesquisador terá mais facilidade em identificar reações e controlar o tempo, para que todos tenham espaço de fala.

Os estudantes escolhidos para participarem desse estudo foram selecionados a partir de alguns critérios responsáveis por delimitar o número de convidados. Por se tratar de um estudo relacionado à área da educação, estabeleceu-se como critério que os entrevistados participantes da pesquisa deveriam ser dos cursos de licenciatura da UFG/REJ. Não se sabia o número exato de alunos que participaram do “Ocupa tudo” em Jataí, sendo assim, ao se entrar em contato com os integrantes do movimento estudantil na época, estes afirmaram não ter nenhum registro escrito por medo de retaliação de professores contrários à mobilização estudantil e da administração da universidade.

Nesse sentido, o número de alunos que foi possível contactar, oriundos dos cursos de licenciatura e que ainda estavam ligados à universidade, foram 30, sendo três deles atualmente alunos de Programa de Pós-Graduação, nas áreas de História e Geografia na UFG de Goiânia e na Regional/Jataí.

A princípio, todos enviaram seus aceites para colaborar com esse estudo. No entanto, poucos apareceram na data marcada e por mais que se remarcassem as datas, os estudantes não apareciam, reduzindo-se assim o número de participantes para 13 licenciandos.

Na impossibilidade de se agrupar os 13 participantes em uma única reunião, dividiu-se em pequenos grupos de três a seis pessoas, em dias e horários diferentes; totalizando-se quatro reuniões, que duraram entre 37 e 50 minutos.

Os participantes, no início da reunião, foram informados do objetivo da pesquisa e da metodologia empregada. Quanto às perguntas, foi orientado que todos, caso se sentissem confortáveis, pudessem responder cada uma delas. O gravador e o bloco de anotações foram os materiais utilizados no momento da entrevista. Por se tratar de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, novas questões iam sendo formuladas durante a conversa com os grupos. Já o gravador não foi pausado em nenhum momento e a gravação transcorreu sem interrupções. Para proteger a identidade dos participantes, foram tratados como Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3 e assim sucessivamente. A numeração foi atribuída por

ordem de fala de cada um dos participantes. Ao primeiro a responder à pergunta foi dado o número 1, ao segundo respondente, o número 2, e assim por diante.

Dos 13 participantes, todos dos cursos das licenciaturas, sendo quatro de História, um de Letras/Português, um de Física, quatro de Pedagogia e três de Geografia. Em relação à idade, nove estavam na faixa etária entre 19 e 25, e quatro entre 30 e 35 anos. Grande parte dos entrevistados se dedicavam exclusivamente à universidade, dos 13 participantes 11 não possuíam vínculo empregatício.

Quanto aos procedimentos teórico-metodológicos, partiu-se da prática social dos licenciandos participantes no movimento “Ocupa tudo”, ouvindo-os sobre a experiência de se integrar à mobilização estudantil e, posteriormente, teorizar sobre esse movimento para, voltando à prática social de forma elaborada, compreender o processo de formação política destes futuros professores. Para o tratamento dos dados coletados, dividiu-se em tópicos de transcrição das falas por meio de eixos temáticos, inspirados nas perguntas direcionadas aos entrevistados: a) relação política no âmbito familiar; b) contribuição do ensino superior na formação política dos envolvidos nas ocupações em 2016; c) histórico de luta dos estudantes antes do movimento “Ocupa tudo”; d) motivações influenciadoras do ingresso dos entrevistados na ‘ocupação’; e) relação política dos alunos com seus cursos de graduação; h) instrumentalização política na universidade: contribuição da atividade política na formação docente; i) transformação social na formação do aluno após o movimento do ‘Ocupa tudo’. A análise do conteúdo das respostas teve o aporte de referenciais na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Resultados e discussão

Os entrevistados, ao falarem sobre a sua experiência na ocupação, relataram o aprendizado fornecido pelo movimento estudantil durante as mobilizações em 2016, apontando para a valorização da militância como espaço responsável pela formação teórica e prática da participação política.

Relataram que adquiriram a noção de engajamento nas lutas de demandas coletivas, a partir das mobilizações em 2016, sendo que as leituras realizadas no interior do curso de graduação foram responsáveis pela abertura de horizontes e pela formação da consciência política. Conforme pode-se ler, pelas afirmações dos respondentes 5 e 11:

A minha formação política dependeu da ocupação. Foi ali que fez toda a diferença (ENTREVISTADA 5).

Para mim, as leituras e os textos oferecidos durante o curso de Pedagogia foram um divisor de águas... as minhas primeiras leituras das obras de Marx e os estudos sobre ele foram fascinantes para mim... as leituras me abriram vários horizontes... (ENTREVISTADA 11).

Considerando a participação política, as respostas dão conta de que vão para além do debate teórico; os entrevistados compreendem que participar politicamente é estar engajado em uma luta, exercitando o debate teórico com a práxis, isto é, fundamentar teoricamente as pautas discutidas pelo movimento estudantil e organizar mobilizações para defesa dessas pautas. “Eu considero participação política... não só aquela coisa que a gente tem muito na academia, que é aquele espaço de debate e discussão... participação seria isso... saber que estar na rua também é importante” (ENTREVISTADO 13).

Um dos entrevistados disse acreditar que a necessidade da sua participação foi quando passou a se enxergar como sujeito inserido em determinado contexto social. Contexto esse construído historicamente, compreendendo que apenas na coletividade poderá existir a possibilidade de ocorrer qualquer tipo de transformação em uma comunidade: “Acredito que foi um processo em que me entendi como um sujeito que tem determinados marcadores sociais, marcadores construídos historicamente” (ENTREVISTADO 12).

A discussão dirigida durante o grupo focal levou a compreender que, para boa parte dos entrevistados, o envolvimento nos movimentos sociais e estudos acerca da consciência de classe somente ocorreram após ingressarem na universidade. Por outro lado, dois participantes afirmaram que tiveram contato com outros movimentos antes de ingressarem no ensino superior por conta da relação familiar com organizações sociais, especificamente, o Movimento Sem Terra (MST). De acordo com dois dos Entrevistados, 3 e 6, seus pais e avós são integrantes do MST há décadas e, portanto, atribuíram à família a responsabilidade fundamental para sua inserção nas organizações protagonizadas por jovens estudantes, trazendo esse histórico, e incorporando suas experiências de engajamento social na universidade.

Eu sempre trabalhei com o ‘Movimento Sem Terra’, e lá independente ou não de você ser do MST, eles lhe tratam como se você fizesse parte daquilo... eu me sinto representado no MST também por conta de uma herança histórica, meus pais são filhos de ‘sem-terras’. Meu avô era ‘sem-terra’ e recebeu terra na década de 1980 (ENTREVISTADO 3).

Nota-se que durante a ocupação foi que os demais entrevistados perceberam como funciona uma organização social. Os estudantes, no dia a dia da ocupação, souberam se organizar em comissões e delegar responsabilidades para cada integrante do movimento.

Muitas coisas eu aprendi lá também e principalmente em relação aos movimentos sociais... como funciona, como se organiza, como se faz, como

que funciona dar a voz a todo mundo... isso foi bastante formativo, porque eu nunca tinha vivido isso, não sabia como era (ENTREVISTADO 4).

No interior da ocupação, os estudantes se deram conta da necessidade de se criar outros coletivos na cidade que discutissem demandas de grupos específicos que sofrem hostilidades, seja pela sua cor, pelo gênero ou sexualidade, além da classe econômica da qual faziam parte. A ocupação, nesse sentido, foi a responsável pela adesão a coletivos como “Feministas de Jataí” e a criação do coletivo negro “Afronta”, existentes até hoje. Esta perspectiva pode ser compreendida segundo a afirmação abaixo:

Eu acho que a ocupação foi novamente uma marca se for pensar em trajetória política, porque ali eu vi a necessidade de realmente compor algo que fosse sério e coletivo... a partir desse momento, por exemplo, que sujeitos negros e negras entenderam a necessidade de montar um coletivo dentro da universidade (ENTREVISTADO 13).

Após o término do movimento ‘Ocupa tudo’, boa parte dos alunos continuaram se reunindo semanalmente, promovendo ações de base como grupos de estudo, saraus nas escolas públicas, panfletagem, manifestações locais e manifestações no Distrito Federal. Para além das ações de base, outros passaram a aderir à participação política como foco de suas pesquisas acadêmicas.

Para mim mudou muito, eu comecei a pesquisar história social e já transformei minha monografia que inclusive é sobre a ocupação de 2016... a base da minha monografia seria aquela frase do Thompson que “a experiência histórica é catalisadora da ação social (ENTREVISTADO 1).

Em relação à universidade como espaço de participação política, os participantes do movimento ‘Ocupa tudo’ citaram a influência de seus cursos de graduação como elemento responsável pelas suas decisões de incorporarem movimentos com causas coletivas de luta. Foi por meio de estudos e debates realizados em sala de aula que parte dos entrevistados afirmou entender o conceito de classe social e as mazelas do sistema econômico capitalista.

Assim, considerando a universidade como espaço formativo para desenvolver as potencialidades do indivíduo, a Entrevistada 9 ponderou:

O problema da faculdade é assim... todos os cursos acham que a universidade é só para estudar... a universidade o próprio nome já diz, é um ambiente de diversidade e as atividades têm de acompanhar isso. Então, eu tenho os meus horários de aula, isso eu tenho, mas eu tenho o meu papel como estudante, como membro de uma sociedade com atividade numa comunidade, eu tenho que ser ativamente política, então assim, não é só estudar, a gente não está aqui só para estudar. A gente está para crescer como um ser humano também. E assim, existiu um problema imenso que é o

fato de não ter consciência de classe na maioria dos estudantes, eles não têm consciência de classe.

A história contada a partir do ponto de vista da cultura dominante apresenta os acontecimentos históricos de maneira bastante romantizada. Segundo um dos entrevistados, as leituras fornecidas pelo curso propiciaram uma visão real dos fatos permitindo ir da aparência à essência do objeto.

O conhecimento trabalhado ao longo do curso propiciou uma visão política de outro licenciando, conforme declara:

Tem uma frase que eu não sei se vou lembrar certinho, é uma frase do Marx “a história da humanidade é a luta de classe”. O contato que nós tivemos aos materiais, textos e livros, coisas assim, a partir deles a gente analisa e vê as contradições e assim conseguimos fazer uma leitura do mundo, então sim, o curso de história foi fundamental para a nossa formação política (ENTREVISTADO 13).

Se por um lado se percebeu a contribuição dos cursos de graduação em exercer certa influência no envolvimento dos estudantes em organizações sociais, por outro, não é possível afirmar que o currículo formal do curso seja responsável em sua totalidade pela formação política dos licenciandos. É claro, que a universidade não é a única instituição capaz de formar politicamente o indivíduo, e por si só ela não é suficiente, uma vez que também é regulada por determinantes externos relacionados ao modo de produção capitalista e está constantemente enfrentando o modelo de ensino superior a serviço de formar pessoas unicamente para o mercado de trabalho, como determina os organismos internacionais.

A inserção e permanência dos licenciandos nas organizações políticas revelam o protagonismo dos jovens universitários como força relevante no cenário político nacional. Filhos de trabalhadores, usuários dos serviços públicos, boa parte oriundos de periferias urbanas, mulheres, negros, LGBTQ+, refletem de modo secular os efeitos da desigualdade produzida pelo capital.

Esses licenciandos atingiram e mobilizaram a classe estudantil de forma mais ampla. Sendo assim, estas configurações realizadas na dimensão espacial-temporal (universidade) e coesas no tempo (atividades políticas, método, organização, aprendizados, memórias), precisam ser reconhecidas como efetivo movimento social que são, por si só, potência e força de capilaridade.

Em relação às motivações que impulsionaram os participantes da pesquisa a agir frente às decisões tomadas no âmbito da educação, em uma luta contra-hegemônica, principalmente para aqueles que nunca haviam experienciado nada parecido, tem-se o Entrevistado 3 que afirma:

Bom, eu participei da ocupação na época porque ela representou uma resposta das coisas que estavam acontecendo com o país, não igual ao que está acontecendo agora, mas era um ataque à educação que era congelar os gastos... e aí a gente, ‘eu pelo menos né’, participei porque fazia parte de uma onda de ocupações de pessoas que... as quais eu me senti representado, porque era um movimento dos estudantes e por isso eu decidi participar.

Outros entrevistados, por sua vez, que em 2016 eram recém-chegados à universidade, sem nenhuma experiência em mobilização e com histórico familiar despolitizado, disseram que apesar de serem calouros, já estavam passando por um processo de desconstrução de ideias concebidas ao longo de suas relações em outros espaços de socialização. “Eu era calouro, estava começando a desconstruir tudo o que eu acreditava antes de entrar na faculdade, e achei bacana, fiquei e depois me engajei totalmente” (ENTREVISTADO 5).

Outros disseram que suas posturas e opiniões anteriormente à entrada na universidade eram acrílicas e alienadas, principalmente acerca de questões relacionadas aos movimentos sociais:

Anteriormente a minha entrada na universidade, eu era uma pessoa completamente alienada da importância de movimentos sociais de participação política, o que me influenciou bastante foram os diálogos aqui mesmo da universidade que despertou em mim essa consciência de participar, atuar e reivindicar. Porque na ocasião era a questão da PEC da Morte, a questão trabalhista. E nisso eu consegui entender a dimensão e o impacto sobre a minha vida e a vida de todos para que eu me envolvesse na ocupação e ajudasse, e lançasse meu corpo junto com a coletividade (ENTREVISTADA 11).

A participação dos licenciandos na ocupação, mediante seus relatos, trouxe consigo o pertencimento de classe. Apesar de estarem lutando naquele momento pela revogação de medidas planejadas para a educação, as respostas nos direcionam para críticas sistêmicas que os entrevistados realizaram durante esse processo de luta. Esses participantes tinham em mente que não era necessário apenas remediar propostas e exigir programas sociais para melhorar ainda que pouco a qualidade de vida da classe trabalhadora, mas sim, a ruptura de um sistema alienante e nocivo, que lucra com a permanência de grande parcela da população na miséria.

Essas concepções críticas da participação privilegiam macro transformações revolucionárias da estrutura sociopolítica. Elas tendem a compor o paradigma da militância, isto é, a defesa de que a verdadeira participação é a adesão do indivíduo político à organização formal com a qual se identifica, como sindicato, movimento estudantil, feminista, movimento negro, entre tantos outros.

Todo esse processo que norteou a ocupação dos estudantes nas universidades públicas pelo país tratou-se, também, de uma formação política. De acordo com os entrevistados, as motivações que propulsionaram a participação em um movimento de luta contramedidas relacionadas à educação, aos poucos, foram se transformando de forma direta numa luta anticapitalista, uma vez que os licenciandos incorporaram as manifestações em Brasília, naquele período, organizadas por diversas entidades representativas (sindicato de professores, movimento estudantil, partidos políticos).

Considerando o caráter educativo da participação política e seus limites no capitalismo, é preciso, primeiramente, compreender o significado da palavra participação para, após, se aprofundar na discussão.

No dicionário de política elaborado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), os autores enfatizam o ‘fazer parte’ como constituinte do significado da palavra. A despeito do termo presente neste dicionário, a ideia defendida de fazer parte não é suficiente para se compreender a complexidade que envolve a participação política e sua estrutura. Não apresenta que a participação é algo conquistado, mediante lutas.

Considerando o poder da classe dominante nas esferas de controle social, o direito à igualdade, como prevê a Constituição (BRASIL, 1988), em seu art. 5º, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”, é anulada.

Nessa concepção liberal, não se pode considerar que todos sejam iguais perante a lei, levando em conta uma nação carente de infraestrutura, altos índices de feminicídio e genocídio negro, com alta taxa de analfabetismo e que pequena parte da população usufrui dos bens produzidos socialmente, enquanto outra permanece na miséria.

O conceito de participação pode ser compreendido a partir de duas perspectivas ou concepções, a liberal e a materialista histórico-dialética. A primeira, voltada para a manutenção da ordem social burguesa, propõe uma participação restrita e a segunda, almejando uma sociedade mais justa e igualitária com a socialização dos meios de produção, propõe uma participação ampla.

Assumindo a dificuldade em sistematizar todo o repertório de participação política dentro da democracia liberal contemporânea, Avelar e Cintra (2007) elaboram canais de participação, resumindo-os em três grandes vias: canal eleitoral, canal corporativo e canal organizacional. A primeira participação, canal eleitoral, é reduzida às formas políticas por meio do ato de votar, frequentar reuniões de partido político, convencer o eleitor a votar em

determinado candidato, ou seja, o canal eleitoral compreende toda atividade dos partidos que são instituições entre sociedade e Estado. As demais, são o canal corporativo que se relaciona com a representação dos interesses privados no sistema estatal, sendo positivas para a elite; e o canal organizacional que abrange as atividades que não se dão nos espaços institucionalizados da política. Um dos exemplos são os movimentos sociais que se articulam com objetivos de médio a longo prazo. Seus membros são usualmente chamados de ‘militantes’, que se unem em redes de relações informais, compartilhando ideais que, no geral, contestam os valores correntes de uma sociedade, lutando para superá-los (AVELAR; CINTRA, 2007).

O sufrágio universal é defendido pelos elitistas liberais que o utiliza como meio para manter o Estado a serviço do empresariado. De acordo com Johnson e Silva (2011), a democracia se encontra cada vez mais restrita aos valores predeterminados pelo elitismo democrático, portanto, a participação política nesse regime se restringe ao sufrágio, reforçando sua essência competitivo-eleitoral.

Entende-se que a excessiva ênfase na eleição como cerne das atividades políticas, oculta e diminui os segmentos em que a classe marginalizada se organiza e se manifesta. A elite sabe manipular o sufrágio universal a seu favor, a via eleitoral não se mostra suficiente quando falamos da condição de vida da classe trabalhadora. Sem contar que o sufrágio universal vem sendo constantemente usado como pleito político, principalmente pelo atual governo de extrema direita como meio eficiente para resolver os problemas sociais, ocultando os reais motivos da desigualdade social e separando as condições econômicas das relações sociais, como se a primeira não interferisse nessa última.

Nesse contexto, concordamos com Marx e Engels (2014) que de todas as classes que se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. Assim, ao falarmos de participação política, estaremos nos referindo às organizações desenvolvidas por atores envolvidos numa luta anticapitalista. Portanto, participação política será lida como uma diversidade de atividades políticas desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais.

Para entendermos o papel da participação política no contexto em que nos encontramos, isto é, numa política cuja agenda neoliberal está a todo vapor, com declarações que promovem a desvalorização dos serviços públicos, em especial saúde e educação; com a volta dos discursos que alimentaram o apoio da classe média a ditadura empresarial-militar (em relação ao ódio aos comunistas), é necessário entendermos os determinantes socioeconômicos em que a sociedade se

estrutura, uma vez que as relações sociais se formam e se modificam a partir desses condicionantes.

Ao analisar a economia política burguesa, Max e Engels (2014), afirmam que esta tem o poder de universalizar as relações de produção, abstraindo suas determinações sociais específicas, isto é, relações sociais. Uma vez que a produção não é apenas uma produção isolada, mas sempre um corpo social, um sujeito social, que é ativo em uma totalidade. Para Wood (2011), a economia política burguesa atinge seu objetivo ideológico central ao tratar a sociedade como algo abstrato, considerando a produção e seus determinantes encasulados em leis naturais, desconsiderando os processos historicamente construídos.

É de ver-se, pois, que tendências liberais tendem a separar questões econômicas da esfera social como se a primeira não interferisse nas relações sociais. Para Marx (2017), obtém-se a apropriação de mais-valor por meios determinados pela divisão completa entre produtor das condições de trabalho e pela propriedade privada absoluta dos meios de produção pelo capitalista. Dentro dessa perspectiva, Wood (2011) elenca que não há necessidade de coação explícita para forçar o trabalhador a renunciar a seu mais-valor, porém, a força da coação política se faz necessária para manter a propriedade privada e o poder de apropriação. Para essa autora, a esfera política no capitalismo tem um caráter especial, porque a propriedade privada, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador em conjunto com o processo de troca de mercadorias exige formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado (WOOD, 2011).

Gohn (2005), ao caracterizar o caráter educativo dos movimentos sociais, aponta que este se expressa por meio de três dimensões: dimensão da organização política, dimensão da cultura política e dimensão espacial-temporal. De acordo com autora, a dimensão da organização política é a consciência adquirida progressivamente, nessa ótica, amplia-se o conhecimento sobre quais são os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade, assim como os direitos inseridos nas pautas de luta coletiva, levando concomitantemente à organização do grupo (GOHN, 2005).

A segunda dimensão diz respeito à cultura política que, para Gohn (2005), é o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais, levando ao acúmulo de experiência. Assim, experiências vivenciadas no passado, tal como opressão, negação de direitos, entre outros, são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para leitura do presente. Dessa maneira, por meio da dimensão da cultura política,

Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições.

Aprende-se a se calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta [...] aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo cenários vivenciados. E aprende-se sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus (GOHN, 2005, p. 19).

Portanto, percebe-se que a aquisição da dimensão da cultura política permite a compreensão das contradições que permeiam os discursos e concepções hegemônicas (BOUTIN; FLATCH, 2017). Diante do destaque, as experiências dos jovens em organizações políticas facilitam a elaboração de estratégias de lutas e táticas para enfrentamento das condições impostas pelo poder hegemônico.

Por fim, a terceira dimensão espacial-temporal, articula-se com a consciência gerada na participação política em um movimento que leve ao conhecimento das condições de vida de parcelas da população, tanto no presente quanto no passado (GOHN, 2005). Para a autora, os textos, os debates e eventos contribuem para a formação de uma visão historicizada dos problemas sociais. Esse conhecimento possibilita a identificação de uma dimensão relevante no cotidiano das pessoas, do ambiente construído e do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana.

Gohn (2005) parte do princípio de que a utilização do espaço público para atividades grupais ou o exercício de manifestações individuais constitui um aprendizado que contribui para o desenvolvimento da consciência da cidadania no sentido do uso da coisa pública. A autora, então, conclui afirmando que a dimensão espacial-temporal resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando na articulação da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, no sentido de construir uma hegemonia popular.

Portanto, as dimensões apresentadas por Gohn (2005) apontam para o movimento organizado nas universidades no ano de 2016, incluindo aí os dos secundaristas, pois tanto um quanto o outro se utilizaram do aparato público, ocupando literalmente esses espaços para manifestar seu repúdio aos ataques dentro dos serviços públicos.

Quanto a passagem do senso comum à consciência filosófica, as contribuições de Saviani (1996) e Iasi (1999) auxiliam a compreender o salto qualitativo que os participantes licenciandos no “Ocupa tudo” tiveram. Ou seja, ao experienciar o dia a dia da formação teórico-prática do movimento, os entrevistados puderam perceber a realidade de maneira mais crítica, menos fragmentada, buscando ser ativos e ativistas.

Segundo Saviani (1996), o processo de consciência envolve a passagem do senso comum à consciência filosófica. A passagem de uma consciência a outra, significa se libertar

de uma concepção fragmentada, distorcida, manipulada, incoerente, desarticulada, degradada, implícita, mecânica, passiva e simplista para uma concepção unitária, articulada, crítica, contextualizada, historicizada, explicitada, original, ativa, intencional e cultivada. Quanto à consciência, Iasi (1999, p. 17) esclarece que “seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”. Isso significa dizer que a consciência é gerada por meio de relações concretas entre seres humanos e destes com a natureza. Dentro da concepção marxista, o processo de consciência é visto como um desenvolvimento dialético, pelo qual, cada momento traz em si os elementos para a sua superação. Para Iasi (1999), o estudo sobre o desenvolvimento da consciência fornece meios para a reflexão de nossa própria concepção de formação, possibilitando maior criticidade, levando em conta a educação popular e suas relações com o processo de consciência dos trabalhadores.

Diante do discutido, importante deixar registrado que o conceito de participação política necessita levar a *práxis*, ou seja, que no percurso de formação os futuros licenciandos possam também se envolver nas questões municipais como, por exemplo, o acompanhamento e controle social do Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025), conforme discute Raimann (2020). O envolvimento da sociedade, em especial da comunidade escolar, junto a implementação e efetivação do PME possibilita a luta por uma educação socialmente referenciada.

Considerações finais

A pesquisa se propôs a analisar a contribuição da participação política dos licenciandos da UFG/Regional Jataí durante o movimento “Ocupa tudo” e como este contribuiu para a formação pessoal e profissional voltada para emancipação humana.

Em relação à motivação dos licenciandos em participar de atividades políticas, evidenciou-se que a influência de leituras que possibilitaram interpretar o cenário político em 2016, as discussões na universidade sobre o golpe do governo da presidenta Dilma Rousseff, a PEC nº 55, além da representatividade do movimento, por se tratar de uma organização exclusivamente estudantil, foram considerados como propulsores da integração dos entrevistados no ‘Ocupa tudo’.

Do estudo sobre a participação política dos licenciandos, chegou-se à conclusão de que o movimento ‘Ocupa tudo’ foi um dos principais campos de formação política dos entrevistados, nesse processo de politização. Isso significa que o ambiente responsável pela

formação política dos licenciandos e com eles um maior conhecimento sobre luta de classe ocorreu fora do ambiente da sala de aula e familiar.

Para se aprofundar na reflexão sobre participação e suas contribuições para a emancipação humana, foi discutido inicialmente o caráter educativo nos movimentos sociais, pelo qual, se concluiu que o movimento ‘Ocupa tudo’ proporcionou saberes que são adquiridos apenas por meio de experiências em movimentos sociais, tais como as dimensões da organização política, da cultura política e espacial-temporal. Ao se tratar de participação e formação política, chegou-se primeiramente à conclusão de que há necessidade de se romper com o separatismo entre a esfera econômica e as relações sociais tão bem propagandeadas pelos pensadores liberais; em segundo lugar, há necessidade de se avançar em relação ao movimento que no discurso defendia a queda de um sistema responsável pela desigualdade social ocasionada pela desigualdade econômica, mas que na prática coaduna com a dominação burguesa capitalista, sem levar para o seu enfrentamento e, por último, é preciso revisar a tradição marxista em movimentos e partidos políticos com vinculações mais próximas à concepção de mundo burguês do que com a análise marxiana da economia política.

Observou-se que as atividades políticas dos licenciandos tinham como objetivo inicial assegurar as conquistas institucionais, principalmente àqueles referentes à educação, avançando para o enfrentamento do próprio Estado e trazendo consigo, também, o pertencimento de classe. Nessa perspectiva, os resultados revelam que os entrevistados colocaram em maior evidência os conceitos de luta, de consciência e atuação política como característica essencial do trabalho docente. E, ao longo de suas falas, afirmaram a impossibilidade de se dissociar docência de política, uma vez que toda relação social é uma relação política.

Para os participantes da pesquisa, a formação política se insere dentro das dimensões relacionadas aos saberes do professor e, portanto, é necessária, para que o docente possa atuar frente aos múltiplos desafios que o cercam dentro da escola, assim como entender e defender a profissão, que é alvo de ataques pelos setores empresariais.

Desse modo, conclui-se que o movimento “Ocupa tudo”, além do impacto nacional que causou no país e toda a amplitude que a organização gerou em movimentos estudantis de todos os estados, significou aos licenciandos da UFG/REJ um espaço para a formação política, desenvolvendo a consciência numa perspectiva crítica e adquirindo saberes que possibilitaram contribuir para formação da identidade docente.

AGRADECIMENTOS: CAPES- Bolsa Demanda Social

REFERÊNCIAS

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Participação Política. *In:* AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (org.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. São Paulo/Rio de Janeiro: UNESP/Konrad-Adenauer, 2007. p. 223-237.

BOBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UNB, 1998. vol. 1. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

BOUTIN, A. C. D. B.; FLACH, S. F. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas Contribuições para Emancipação Humana. **Revista inter-ação**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 429-446, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/45756>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 23 mar. 2021.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Entrevistas individuais e grupais. *In:* BAUER, M. W; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2010. p. 64- 89.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IASI, M. L. **O processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999. Disponível em: <http://espacosocialista.org/portal/wp-content/uploads/2018/02/Processo-de-consci%C3%Aancia-Mauro-Iasi-1999.pdf> > Acesso em: 24 out. 2021.

JOHNSON, G. A.; SILVA, M. A. Participação Política e processo decisório: paradoxos latino-americanos. **Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 16-32, out. 2011. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2093388-participa%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-e-processo-decis%C3%B3rio-paradoxos-latino-americanos. Acesso em: 24 out. 2021.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. Tradução: Rubens Emderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. 2. ed. Tradução: Marcos Aurélio Nogueira; Leandro Konder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RAIMANN, E. G. Avaliando o plano municipal de educação: monitoramento e controle social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 810-824, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp.1.13351. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13351>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum a consciência filosófica. 11. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico dialético. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

Como referenciar este artigo

SANTOS, N. H.; RAIMANN, E. G. Participação política e formação de professores: movimento “Ocupar tudo” na universidade pública de Jataí/GO. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.26, n. 00, e022013, jan./dez. 2022. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.16457>

Submetido em: 03/11/2021

Revisões requeridas em: 22/12/2021

Aprovado em: 19/02/2022

Publicado em: 31/03/2022